

A ESCRITA EM SAUSSURE

Magali Lopes Endruweit¹

magali.endruweit@gmail.com

RESUMO: Este artigo pretende discutir a exclusão da escrita da reflexão lingüística. Significa abordar a escrita além de seu caráter representacional, procurando compreender as razões de sua exclusão. Para isso, será averiguada a relação dessa exclusão com a fundação da lingüística realizada por Ferdinand de Saussure (1857-1913). O *Curso de lingüística Geral* (1916) será o cerne dessa investigação por ser a obra em torno da qual a ciência lingüística se estruturou, ao mesmo tempo em que deixa à mostra a possibilidade de reabilitação da escrita. A probabilidade de que a escrita possa ter permanecido de forma latente nas bases da lingüística, sugere averiguar como e onde ela permaneceu.

PALAVRAS-CHAVE: Saussure; lingüística; escrita.

INTRODUÇÃO

Sabemos que tratar de lingüística² neste início de século significa tratar de questões envolvendo o nome de Ferdinand de Saussure. Suas idéias suscitaram uma verdadeira revolução no desenvolvimento da lingüística do século XX. Idéias tão amplas a ponto de extrapolarem as margens da disciplina para serem inspiradoras das ciências humanas e naturais, de tal forma que “não há um só lingüista hoje que não lhe deva algo. Não há uma só teoria geral que não mencione seu nome” (BENVENISTE, 1991, p.34).

É, pois, Saussure o norte e o fio condutor dessa reflexão. Entendo que a exclusão da escrita operada pelo ato fundador da lingüística legitimado pela publicação do *Curso de lingüística geral* (CLG)³ de Ferdinand de Saussure tornou-se correlativa à busca da ciência lingüística de regularização de seu objeto. Por esse viés, trato da

¹ Professora da Universidade Estadual do Rio Grande do Sul – UERGS. Professora convidada do Curso de Especialização Estudos Lingüísticos do texto da Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS

² O termo lingüística, nesse texto, tem o uso circunscrito ao paradigma oriundo da teoria sassuriana.

³ O CLG foi editado por Charles Bally, Albert Sechehaye, com a colaboração de A. Riedlinger. As anotações foram provenientes dos alunos: L. Caille, L. Gautier, Paul Regard, Mme. A. Sechehaye, George Dégallier, Francis Joseph, e as notas de A. Riedlinger (CLG, 1991. Prefácio à edição brasileira).

instauração da lingüística como ciência, buscando encontrar em tal reflexão o lugar ocupado pela escrita anunciado no *Curso de lingüística geral*. Embora não desconheça a importância dos *Escritos*⁴ e dos *Anagramas*⁵ - todos reconhecidos representantes do pensamento saussuriano – não será possível estender até eles a reflexão aqui iniciada.

O pensamento saussuriano passou a ser difundido após a publicação póstuma do *Curso de lingüística geral* deixando marcas indeléveis nos estudos lingüísticos. Uma glória alcançada por conta de uma publicação de punho alheio, a partir de notas colhidas por seus alunos. Desde então, a lingüística pôde ser denominada estruturalista, sustentada pelo reconhecimento de que um elemento de um sistema somente terá sentido em relação a outro elemento do mesmo sistema ou ao sistema como um todo. De toda sorte, as notas do professor que se transformaram em livro nunca cessaram de causar polêmica; como bem ressaltou Bouquet (2000, p.13) “singular aventura a desse texto – singular aventura com a qual se confunde o destino de um pensamento.”

1. A ESCRITA E O *CURSO*: INSTAURA-SE UMA CRISE

Este homem (Saussure) abrigou um dos mais difíceis problemas possíveis. Ele foi a sede de uma luta entre ordens de pensamento irreduzíveis umas às outras. [...] Para desenvolver uma ciência binária, Saussure precisou subtrair dela o “terceiro termo”. Esta expulsão voluntária da forma trina é, parece-me, tanto a origem quanto a expressão desse drama (DUFOR, 2000, p.120).

A exclusão da escrita foi certamente um dos dramas de Saussure. Talvez tenha sido um movimento “voluntário”, como sugere Dufour ao se referir à “luta entre ordens de pensamento irreduzíveis”, na medida em que a forma binária o levaria (Saussure) à ciência ideal. É possível pensar que não houvesse outro caminho se não “aparentemente” ceder ao modelo de ciência vigente na época, escondendo a amplitude de seu pensamento. E o *Curso* seria a prova dessa luta.

⁴ O livro *Escritos de Lingüística Geral* foi organizado por Simon Bouquet e Rudolf Engler (2004) e reúne os manuscritos de Saussure descobertos em 1996 e depositados na Biblioteca Pública e Universitária de Genebra, juntamente com o conjunto dos textos também manuscritos sobre lingüística geral, igualmente conservados na Biblioteca Pública. Na presente edição, os documentos foram agrupados conforme a seguinte ordem: 1. Sobre a essência dupla da linguagem; 2. Item e aforismos; 3. Outros escritos de lingüística geral; e 4. Notas preparatórias para os cursos de lingüística geral

⁵ Segundo Starobinski (1974), as pesquisas de Saussure nesse campo duraram de 1906 até 1909. A dedicação intensa pode ser comprovada pelo número de cadernos escolares preenchidos: aproximadamente 99 cadernos. Somam-se as folhas soltas e os cadernos sobre o verso saturnino e sobre a métrica védica totalizando cerca de 140 cadernos.

Para trazer à discussão o próprio *Curso* e o tratamento dado à escrita em suas páginas, em um primeiro momento é preciso tratar da constituição da edição do *Curso de lingüística geral*, pois não é desconhecida a singularidade que acompanha essa publicação. Não sem motivo, acrescento.

A publicação do CLG resulta das notas compiladas de alguns manuscritos preparados por Saussure provavelmente com a intenção de organizar os Cursos de Lingüística Geral que ministrou de 1907 a 1911; também as anotações dos alunos que freqüentaram os cursos foram usadas na edição. A sistematização do material, no entanto, foi feita por dois discípulos de Saussure que, sem ter freqüentado às aulas somente tiveram acesso às anotações por via indireta⁶. Como apropriadamente perguntam Bally e Sechehaye no prefácio do *Curso*: “saberá a crítica distinguir entre o mestre e seus discípulos?”

Tudo indica que sim, pois tanto Bally como Sechehaye nunca foram considerados co-autores do CLG, apenas figuram como bons discípulos, ou como responsáveis pelas *ambigüidades* e até mesmo pelos *contra-sensos* criados pela compilação das notas dos cursos (BOUQUET, 2000, p.14)⁷: “quem pode, neste caso, ser literalmente chamado de autor (não se fala de autor de um curso), senão um personagem imaginário, um Saussure criado por Bally e Sechehaye precisamente como autor da homogeneização discursiva do texto de 1916?”

Mas não parece ser uma tarefa fácil separar autoria de idéias. Certamente não é. A esse respeito, Salum, no prefácio à edição brasileira, apresenta os problemas decorrentes da publicação por via indireta:

Entretanto, hoje, não se pode deixar de reconhecer que o *Cours* levanta uma série intérmina de problemas. Porque, no que toca a eles, Saussure – como Sócrates e Jesus – é recebido de “segunda mão”. Conhecemos Sócrates pelo que Xenofonte e Platão escreveram como sendo dele. O primeiro era muito pouco filósofo para entendê-lo, e o segundo, filósofo demais para não ir além dele, ambos distorcendo-o. Jesus nada escreveu senão na areia: seus ensinamentos são os que nos transmitiram os seus discípulos, alguns dos quais não foram testemunhas oculares. Dá-se o mesmo com o *Cours* de Saussure (p.XVI).

⁶ Cf. nota 3.

⁷ Bouquet(2000), em importante obra sobre a fundação da lingüística e o pensamento saussuriano, não se furta de apresentar um julgamento a respeito dos editores. Comprovando a posição do autor, Silveira (2003, p.26) elenca grande número dessas referências para demonstrar o estatuto atribuído aos editores por Bouquet. Vale citar algumas: *Homogeneização artificial* (p.14) [...] *essa infidelidade de Bally e Sechehaye* (p.215) *Os editores impondo uma modelação de sua lavra a esses testemunhos* (p.217) *Bally e Sechehaye merecem ser censurados* (p.266).

Na verdade, esse amalgamar de idéias faz com que o *Curso* seja mais que a reprodução do pensamento saussuriano ou a alteração desse pensamento pelos editores. Significa que existem marcas tanto da edição quanto de Saussure. Ambos, autor e editores, imprimem nessa publicação suas visões de lingüística e de ciência. Entretanto, a palavra final parece ser dos discípulos que reconstituíram o pensamento de Saussure “numa ordem conforme à intenção do autor, mesmo quando semelhante intenção fosse mais adivinhada que manifesta” (BALLY; SECHHAYE, Prefácio à primeira edição, p.3). O resultado é também anunciado pelos editores no prefácio: temos apenas ecos de um pensamento.

E é assim, entendendo o CLG em toda a sua singularidade, que a leitura a seguir se fará, procurando através desses *ecos discordantes* situar a escrita dentro da reflexão instaurada por essa publicação.

Talvez seja possível ver na própria constituição da lingüística como ciência a possibilidade mesma de um fechamento para a escrita anunciada por Saussure: língua e escrita são dois sistemas distintos de signos; *a única razão de ser do segundo é representar o primeiro*; o objeto lingüístico não se define pela combinação da palavra escrita e da palavra falada; esta última por si só constitui tal objeto (CLG, 1991, p.34) [grifo nosso].

A afirmação acima sugere que é preciso ceder à cultura para se fazer ouvir, e assim fez Saussure do *Curso*; portanto, neste item, sempre que seu nome for referido será em relação com o *Curso* apenas, apartado do Saussure dos *Escritos* e dos *Anagramas*, assuntos abordados no item 2 e 3 respectivamente.

Seguindo essa tradição, já instituída muito antes do próprio CLG apregoar a *tiranía da letra* sustentando que a escrita obscurece a visão da língua; “não é um traje, mas um disfarce” (1991, p.40), Saussure reproduz uma definição já muito arraigada de escrita cujo cerne baseava-se no modelo de escritura fonética: a escrita seria o significante do significante primeiro, capaz de representar a voz, cuja primazia situava-se na relação direta e natural com o sentido.

Sob o ponto de vista de Gnerre (1987) a escrita ocupou lugares diametralmente opostos no quadro da lingüística: em alguns momentos foi considerada como elemento interno, em outros, completamente externa aos estudos lingüísticos. A lingüística histórica baseava suas análises em documentos escritos, conseqüentemente, a escrita como pré-requisito para sua própria existência era um elemento interno. Ao ser apartada

da investigação por conta do surgimento da dialetologia, a escrita foi considerada externa à pesquisa.

Uma exterioridade aparentada da desconfiança. É possível observar em Saussure “a desconfiança das formas escritas, desconfiança comum aliás a todos os neogramáticos e que se explica pelo seu desejo de evitar a confusão prejudicial dos primeiros comparatistas entre grafia e pronúncia” (PAVEL, 1990, p.16). De fato, o momento não era favorável à escrita.

O ponto de partida, portanto, deve-se à delimitação do objeto de estudo. Para Derrida⁸ (1973), a lingüística se pretende uma ciência da linguagem como sendo da palavra falada. É possível afirmar a existência de um consenso segundo o qual a cientificidade da lingüística é devido ao seu fundamento fonológico:

A fonologia, afirma-se hoje, freqüentemente, comunica sua cientificidade à lingüística que serve, ela mesma, de modelo epistemológico para todas as ciências humanas. Visto que a orientação deliberada e sistematicamente fonológica da lingüística (Troubetzkói, Jakobson, Martinet) realiza uma intenção que foi de início a de Saussure [...] (1973, p.35-36).

Foi, então, tarefa da fonologia libertar a lingüística da palavra escrita (CLG,1991). Lançando mão de mais uma bela metáfora⁹, Saussure compara o caráter artificial da escrita com flutuadores de cortiça usados pelo aprendiz de natação. Quando retirados *os apoios enganosos*, tais aprendizes não sabem o que fazer. O mesmo se dá àqueles que tentam substituir a escrita pelo pensamento, pois precisam *desapegar-se da letra* sob pena de *perderem o pé*, e apenas o estudo da língua, apartada da escrita, poderá proporcionar esse apoio necessário.

De fato, a imagem dos flutuadores de cortiça remete a uma falsa sensação de segurança, sendo, além disso, dotados de um caráter acessório em relação ao próprio aprendiz de natação. Igualmente a escrita é acessória em relação à oralidade, essa, sim, essencial à língua. Se acessória, é porque sobra, pode, tal qual os flutuadores, ser

⁸ A presença de Derrida se deve, em primeiro lugar, ao reconhecimento de que a reflexão sobre a linguagem não é uma tarefa restrita à lingüística; em segundo lugar, pela aceitação de que a tese derridiana da desconstrução do logocentrismo – a crença na soberania da razão – parte de uma discussão sobre o lugar da escrita como representação da linguagem oral – o fonocentrismo –. Importante salientar que a noção de escrita para Derrida compreende e excede a de linguagem.

⁹ Interessante a forte presença de metáforas no CLG. A reflexão de Saussure a esse respeito, intitulada *Chega de figuras*, encontra-se nos *Escritos* (2004) e deixa claro que Saussure tinha consciência do uso que fazia das figuras.

retirada sem afetar o que realmente faz diferença. Esse é, pois, o próprio conceito de escrita como representação da fala.

O Saussure do *Curso* sustenta essa concepção de escrita, nomeando um capítulo como *Representação da língua pela escrita*. Justifica a necessidade de estudar a escrita para conhecer sua utilidade, seus defeitos e os inconvenientes decorrentes do processo de representação a que a língua é submetida ininterruptamente. Saussure afirma tratar-se de uma escrita *por si estranha ao sistema interno*, impossibilitando as abstrações desse processo. O lugar da escrita é, portanto, o de representar a voz, com toda a carga depreciativa que este lugar lhe reserva: ser a imagem imóvel de um fenômeno vivo, ocupando um espaço que não lhe pertence. Um vicário apenas¹⁰.

É possível notar o esforço explícito de Saussure em retirar a escrita da reflexão lingüística, aproximando-a unicamente da função representativa da fala. Esforço demasiado, talvez, chegando mesmo a exceder a imparcialidade científica. A intenção é mostrar *o quanto a língua independe da escrita*, e mesmo considerada em relação com a palavra falada, as comparações pertinentes à escrita são depreciativas, atribuindo-lhe um caráter falacioso. Assim,

[...] a palavra escrita se mistura tão intimamente com a palavra falada, da qual é a imagem, que acaba por usurpar-lhe o papel principal; terminamos por dar maior importância à representação do signo vocal do que ao próprio signo. É como se acreditássemos que, para conhecer uma pessoa, melhor fosse contemplar-lhe a fotografia do que o rosto (p.34).

A escrita, nesse sentido, é como uma fotografia, exterior; o rosto é o essencial, o próprio, a fala. A imagem de exterioridade e de dissimulação sustenta a argumentação ao explicar o prestígio da escrita, pois somos “impressionados” pelo caráter de permanência e solidez inerentes à imagem gráfica das palavras. Mas essa permanência é uma exterioridade artificial, uma vestimenta: “a escrita obscurece a visão da língua; não é um traje, mas um disfarce” (p.40). Como dizia Platão, *o mal da escritura vem de fora*.

É bem possível que a primeira reflexão crítica relativa à escrita seja justamente encontrada em *Fedro* de Platão, onde Sócrates põe Fedro a par dos perigos que o *logos* escrito representa, como exemplifica o trecho a seguir em que Thoth, descobridor da aritmética e das letras, anuncia suas invenções ao rei Thamous:

¹⁰ A posição de Câmara Junior (1986, p.108) ilustra a concepção de escrita como representação: *A escrita é representação visível e durável da linguagem, que, de falada e ouvida, passa a ser escrita e lida. [...] Assim se estabelece numa língua dada a escrita ao lado da fala [...] (A escrita) consiste numa transposição do discurso falado, de que resultam novas condições de funcionamento da linguagem.*

[...] quando chegou a vez da invenção da escrita, exclamou Thoth: “Eis, oh Rei, uma arte que tornará os egípcios mais sábios e os ajudará a fortalecer a memória, pois com a escrita descobri o remédio para a memória.

- Oh, Thoth, mestre incomparável, uma coisa é inventar uma arte, outra julgar os benefícios ou prejuízos que dela advirão para os outros! Tu, neste momento e como inventor da escrita, esperas dela, e com entusiasmo, todo o contrário do que ela pode vir a fazer! Ela tornará os homens mais esquecidos, pois que, sabendo escrever, deixarão de exercitar a memória, confiando apenas nas escrituras, e só se lembrarão de um assunto por força de motivos exteriores, por meio de sinais, e não dos assuntos em si mesmos. Por isso, não inventaste um remédio para a memória, mas sim para a rememoração. Quanto à transmissão do ensino, transmites aos teus alunos, não a sabedoria em si mesma, mas apenas uma aparência de sabedoria, pois passarão a receber uma grande soma de informações sem a respectiva educação! Hão de parecer homens de saber, embora não passem de ignorantes em muitas matérias e tornar-se-ão, por consequência, sábios imaginários, em vez de sábios verdadeiros!” (PLATÃO, 1994, p.121).

O oferecimento da escrita ao rei como remédio, como *phármakon*, possibilita duas interpretações: a primeira delas toma *phármakon* como um benefício, a segunda, como veneno. E essa ambigüidade é usada para convencer o rei, que, no entanto, não se deixa enganar. A escrita é então considerada como maléfica, pois queria colocar-se no lugar da fala.

O fora *obscurece*, pois é apenas *imagem* que escapa à relação natural do sentido ao som: “liame natural, o único verdadeiro, o do som” (CLG, p.35). Note-se que à fala é atribuída uma presença transparente e inocente.

O caráter *natural* do som opõe-se, como se viu, à artificialidade da escrita, assim, “acabamos por esquecer que aprendemos a falar antes de aprender a escrever, e inverte-se a relação natural” (p.35). Trata-se de um rompimento com a natureza, simbolizado pela escrita, capaz de encarnar a inversão das relações naturais. A escrita é, portanto, capaz de enganar. Quando os lingüistas se deixam enredar pela escrita, esquecendo *que a língua tem uma tradição oral independente da escrita*, caem em uma *cilada* da escrita, deixando-se fascinar *pelo prestígio da forma escrita* (p.35). Como se vê, a “armadilha” é o exterior dissimulado na natureza. Talvez por essa razão, Saussure dedique-se a afastar a escrita do quadro da lingüística já no início do CLG, demorando-se em enumerar razões para sustentar sua posição.

Outra causa atribuída ao prestígio da escrita é anunciada da seguinte forma: “na maioria dos indivíduos, as impressões visuais são mais nítidas e mais duradouras que *as impressões acústicas*” (idem). Essa argumentação empírica¹¹ sustenta-se em pressupostos fisiológicos desmentidos pela ciência, transformando a visão em elemento

¹¹ Argumentação desenvolvida por Derrida (1973).

essencial da escritura. Principalmente, ao considerar o audível como o elemento *natural* em que os signos são recortados, Saussure contradiz sua informação capital segundo a qual “o essencial da língua é estranho ao caráter fônico do signo lingüístico” (p.14)¹².

Ratificando a afirmação segundo a qual “a língua independe da escrita” (p.34), Saussure demonstra que a fala é afetada e alterada pela escrita, denuncia o mal que esta faz àquela. A força desse mal atinge a primazia da fala e seu caráter de verdade natural através de perturbações de fora, capazes de penetrar o interior dessa natureza. Tais acontecimentos são denominados de *monstruosidades*:

Darmesteter prevê o dia em que se pronunciarão até mesmo as duas letras finais de vingt, verdadeira monstruosidade ortográfica. Essas deformações fônicas pertencem verdadeiramente à língua, apenas não resultam de seu funcionamento natural; são devidas a um fator que lhe é estranho. A lingüística deve pô-las em observação num compartimento especial: são casos teratológicos (p.41).

Grave punição a que a escrita é submetida a ponto de a ela ser reservado *um compartimento especial* para mantê-la à distância¹³. Vê-se que o exterior pode perverter o interior, pois as anomalias não decorrem do funcionamento natural da língua.

Do que se elencou até agora, salta aos olhos o caráter representacional que o CLG impõe à escrita, estendendo a rede de oposições entre interno/externo, imagem/realidade, representação/presença, aparência/essência, responsáveis pela instituição da ciência binária¹⁴. O caráter *natural* delegado à fala extrapola a oposição à escrita como fato cultural, pois o alcance de tal dicotomia vai além da submissão à binariedade a que se submete a alma humana. A escrita, para além do campo da ciência assentada em uma lógica binária, alcança uma instância vazia de oposições. E o que há para além dessa relação? A possibilidade de a escrita pertencer ao trinitário¹⁵.

Tal raciocínio excludente busca suas raízes no século XVIII quando Rousseau afirmava: “expressam-se os próprios sentimentos ao falar e as próprias idéias quando se escreve” (2003, p.118), reforçando o entendimento de que a escrita se prestaria mais ao exercício da razão, enquanto a fala seria a expressão das emoções humanas.

¹² Essa afirmação será retomada mais adiante quando for tratada a materialidade do significante.

¹³ Derrida (1973, p.51) se refere a essa separação da escrita como a um *leprosário intralingüístico*.

¹⁴ Dufour (2000) define *binariedade* como o modo de fazer ciência que substitui as clássicas análises causais.

¹⁵ Por trinitário, Dufour (2000, p.16) entende *um conjunto de três termos, irreduzível às relações habituais de dois termos utilizadas pela razão para abrir seus caminhos*.

Mas por que a escrita relaciona-se com a razão? Qual a origem dessa exterioridade atribuída à escrita e que lhe confere um caráter tão duvidoso no *Curso*?

Essas são questões importantes, pois permitem clarear as concepções subterrâneas que constituem o CLG, que como todo livro, científico ou não, irá refletir a ciência da época em que foi editado. Para esse percurso, o pensamento de Rousseau será trazido pela relevância de suas idéias cuja influência não cessa de nos atingir. A nós e a Saussure.

1.1 A HERANÇA DE ROUSSEAU

Ainda com o objetivo de procurar as razões que favoreceram a exclusão da escrita das pesquisas saussurianas, pontualmente no CLG, o pensamento de Rousseau expresso no *Ensaio sobre a origem das línguas* será seguido, para, a partir dele, identificar as reflexões que lhe sucederam. Nesse momento, o contraponto de Jacques Derrida¹⁶ e de Lévi-Strauss será de valia para esclarecer algumas posições derivadas do pensamento de Rousseau.

O mesmo movimento capaz de excluir um elemento atribui a outro um *status* elevado. Se a escrita é perniciosa, a fala é dotada de virtudes. De onde provém esse privilégio metafísico da fala? É possível entrever um discurso clássico sobre a escrita. É possível enxergar, portanto, através da argumentação de Saussure¹⁷ a presença indelével de Rousseau apontando a escrita como a responsável pela ruptura com a natureza pelo pecado original da escrita.

Mas seria o propósito de Saussure reduzir a escrita à categoria de instrumento subordinado à fala? Talvez seja possível atribuir tal concepção à tradição filosófica a que Saussure estava inserido. É essa relação que Derrida se propõe a analisar na *Gramatologia*. Sua busca é situar na filosofia clássica (Aristóteles, Platão, Hegel, Condillac, Rousseau) os modelos que priorizam a fala. No dizer de Derrida, Saussure filia-se a tais concepções clássicas sobre a escrita como uma submissão à exigência de cientificidade necessária para a lingüística.

¹⁶ O pensamento de Derrida será representado, nesse item, pelas seguintes obras: *Gramatologia* (1973), *A escritura e a diferença* (2002), *De que amanhã...*(2004) este último trabalho em parceria com Elisabeth Roudinesco.

¹⁷ Ainda nesse item, a referência a Saussure significa também se referir ao *Curso* com todas as controvérsias vistas no item 1.

O pecado é a inversão das relações naturais entre a alma e o corpo. Analogamente, Saussure sustenta a inversão de relações naturais entre a fala e a escrita. Para Derrida (1973, p.42),

Não é uma simples analogia: a escritura, a letra, a inscrição sensível, sempre foram consideradas pela tradição ocidental como o corpo e a matéria exteriores ao espírito, ao sopro, ao verbo e ao logos.

Somente através da palavra seria possível transmitir o verdadeiro conhecimento, pois é necessária a presença de quem fala e de quem escuta no momento mesmo em que a conversa se dá. Por esse ângulo, a presença física seria a garantia de verdade, e estar ausente, fazendo-se representar através da escrita, em nada garantiria o comprometimento do autor.

Rousseau em *Ensaio sobre a origem das línguas* já apontava os efeitos negativos da escrita sobre a fala, afirmando que as línguas foram feitas para serem faladas, e a escrita é apenas a representação da fala. Assim, para os gramáticos, “a arte da palavra quase se limita à arte da escrita, como se pode ver pelo uso que fazem dos acentos, muitos dos quais permitem alguma distinção ou desfazem algum equívoco para os olhos, mas não para os ouvidos” (2003, p.31). Portanto, estar surdo às diferenças da voz significa estar cego às alterações de sentido. Crítica semelhante a essa é feita por Saussure ao se referir às armadilhas da escrita a que os lingüistas sucumbem.

A aproximação entre Saussure e Rousseau sugere, então, uma pequena digressão com o intuito de trazer à tona alguns pontos do raciocínio rousseauísta para ali situar o nascimento da argumentação saussuriana.

Rousseau¹⁸, precursor do Romantismo, refuta a razão. A corrupção que permeia a sociedade pode ser corrigida se a razão ouvir o coração, o sentimento, colocando em prática as virtudes do homem em estado de natureza. A razão em segundo plano deixa em relevo o modelo ideal do homem em estado de natureza, pois o sentimento é prioritário em relação à razão¹⁹.

¹⁸ Para Russell (1968), a rejeição da razão a favor do coração não foi um progresso, pois deu lugar a um ilogismo sentimental que prescinde de argumentação; não pode ser refutado na medida em que não se propõe a provar os seus pontos de vista. Na atualidade, Isaiah Berlin (2005) entende que o romantismo foi o movimento mais importante da história cultural por ter colocado em cheque uma tradição milenar, baseada na proposição socrática, de que virtude é conhecimento. Para o autor, o legado do romantismo é o liberalismo, a tolerância e a aceitação das imperfeições da vida.

¹⁹ É possível notar que em todos os campos em que Rousseau se expressa desde a antropologia filosófica até o romance, a música, a educação e a política, o sentimento tem primazia sobre a razão.

Sobre a relação entre razão e sentimento, Marilena Chauí, em apresentação da obra de Rousseau, comenta:

Rousseau desloca, assim, duplamente o centro de gravidade da reflexão filosófica. Em primeiro lugar, não é razão mas o sentimento o verdadeiro instrumento do conhecimento; em segundo lugar, não é o mundo exterior o objeto a ser visto mas o mundo humano. Ambos os aspectos vinculam-se intimamente e implicam a passagem da atitude teórica para o plano da valorização moral (1997, p.15).

Ao evoluir para o estado de raciocínio, de vida social, o homem engendra todas as formas de maldade, perversão e opressão. Somente há pureza no domínio da natureza; o que está fora dela ou provém de fora é pernicioso. A angústia de Rousseau é, assim, decorrente de um perigo extrínseco. E é de fora que vem a escrita. E será contra ela que Rousseau irá se lançar decididamente. Diz Derrida:

Ora, no interior desta época da metafísica, entre Descartes e Hegel, Rousseau é, sem dúvida, o único ou o primeiro a fazer um tema e um sistema de redução da escritura, tal como era profundamente implicada por toda a época. [...] O que ele excluía mais violentamente do que qualquer outro devia, bem entendido, fasciná-lo e atormentá-lo mais do que a qualquer outro (1973, p.123).

A relação entre a escrita e a razão faz com que Rousseau condene a primeira como a responsável pela destruição da presença e como uma doença da fala; a segunda é relacionada com a técnica, não sendo, portanto, origem da linguagem: o homem “não começou por raciocinar mas por sentir” (2003, p.105). Em outras palavras, a razão é função relativa à necessidade, e a linguagem nasce da imaginação, do sentimento, da paixão. Rousseau discorda da idéia segundo a qual as palavras foram inventadas para expressar as necessidades, pois a tentativa de satisfazer as necessidades resultou em um afastamento entre os homens, não em uma aproximação. Por outro lado, as paixões aproximam os homens, pois,

não foi a fome nem a sede mas o amor, o ódio, a piedade, a cólera que lhes arrancaram as primeiras vozes. Os frutos não fogem de nossas mãos, deles é possível alimentar-se sem falar; persegue-se em silêncio a presa que se quer comer: porém, para comover um jovem coração, para repelir um agressor injusto, a natureza dita acentos, gritos, lamentos (p.106).

A animalidade está ligada à necessidade, ao gesto, à razão; já a humanidade é a paixão, a imaginação, a liberdade, a fala. “E a voz sempre se dá como melhor expressão

da liberdade” (DERRIDA, 1973, p.204). O *Ensaio sobre a origem das línguas* deixa clara a oposição entre a voz e escrita: esta como ausência e servidão; aquela como presença e liberdade. As últimas palavras do *Ensaio* assim atestam: “Ora, digo que toda língua com a qual não podemos ser entendidos pelo povo reunido é uma língua servil; é impossível que o povo se mantenha livre e que fale essa língua” (p.178). Mas que sociedade é essa em que todos podem estar ao alcance da voz? É o lugar da inocência natural, onde a escrita entraria para destruir essa harmonia.

Bento Prado Jr. (2003, p.19), na apresentação do *Ensaio sobre a origem das línguas*, ao comentar o estatuto da escrita, pensa ser possível entendê-la como nascida de um descaminho, tendo, por isso, uma vocação suicida: “as palavras se inscrevem sobre o papel apenas para melhor mostrar, ao apagar-se, o rosto do homem atrás daquele do Autor”. Mas também a linguagem para Rousseau é exterioridade por não ser a primeira expressão do homem; ela expressa o que já foi representado na intimidade do corpo, “lá onde se entrelaçam o desejo e a percepção” (p.23).

No capítulo V, intitulado *Da escrita*, Rousseau afirma que

a arte de escrever não decorre da arte de falar. Decorre de necessidades de outra natureza que nascem mais cedo ou mais tarde, segundo circunstâncias totalmente independentes da duração dos povos e que poderia nunca ter acontecido em nações muito antigas (2003, p.115).

Diferentemente da fala, que está presente em todas as sociedades humanas (AUROUX, 1998), a escrita somente está em algumas delas. Quando uma comunidade ágrafa toma contato com a escrita, surgem, concomitantemente, novas formas de poder a ela atrelados. Essa foi a reflexão de Lévi-Strauss.

É possível pensar que Lévi-Strauss tenha sido um dos primeiros estudiosos a refletir sobre a relação da escrita com o poder decorrente de seu domínio. Um episódio de *Tristes Trópicos* (2004) demonstra a primeira experiência de uma tribo indígena com a escrita sem que esta tenha alguma função além de manifestar o poder. Trata-se de *Lição de escrita*.

O episódio narra o primeiro contato da tribo Nambiquara com a escrita. O etnólogo distribui entre os índios lápis e papel, instrumentos usados por ele mesmo e que lhe conferem uma certa distinção entre eles. Apenas o chefe da tribo fará uso do papel sobre o qual traça linhas sinuosas, fingindo escrever, em uma tentativa de imitar os movimentos da escrita, reproduzindo o prestígio que dela provém. Dessa forma, a

relação que se estabelece entre os índios após o contato com a escrita é uma relação de poder.

No momento em que a escrita surge entre os índios, Lévi-Strauss faz os seguintes apontamentos:

Seu símbolo fora imitado, ao passo que sua realidade continuava a ser desconhecida. E isso, com vistas a uma finalidade mais sociológica do que intelectual. Não se tratava de conhecer, reter ou compreender, mas de aumentar o prestígio e a autoridade de um indivíduo – ou de uma função – às custas de outrem (p.281).

Bons, sem saber escrever; expostos ao mal, a partir da intrusão da escrita vinda de fora²⁰: “a escrita e a perfídia penetravam de mãos dadas entre eles” (p.284).

De comum entre Rousseau, Saussure e Lévi-Strauss está a escrita, ou melhor, a exterioridade da escrita. Por motivos políticos, científicos ou antropológicos, os três irmanam-se quanto ao caráter suplementar da escrita; quanto aos dois últimos é possível pensar em herança: ambos são tributários de Rousseau.

Mas o que significa atribuir a alguém o compromisso de ser legatário de uma epistemologia que o precedeu? Uma resposta superficial contemplaria apenas a fidelidade decorrente dessa noção, medida apenas na capacidade de continuar estritamente dentro do quadro inicial a que se filiou.

Uma outra forma de pensar a questão pode ser tomada de Roudinesco (DERRIDA; ROUDINESCO, 2004, p.11),

Quanto a mim, pretendia-me fiel, mas não dogmática. [...] Daí a idéia de que a melhor maneira de ser fiel a uma herança é ser-lhe infiel, isto é, não recebê-la à letra, como uma totalidade, mas antes surpreender suas falhas, captar seu “momento dogmático”: “sinto-me herdeiro, fiel na medida do possível” [...].

Há, portanto, no herdeiro uma certa contradição. É preciso reafirmar o que vem antes dele, o que recebeu sem escolher, mas mesmo assim comportar-se como alguém livre. Reafirmar significa não apenas aceitar essa herança, mas refazê-la para mantê-la viva. A herança “obriga-o a receber o que é maior, mais antigo, mais poderoso e mais duradouro que ele. Mas a mesma finitude obriga a escolher, a sacrificar, a excluir, a deixar de lado” (*op. cit.*, p.14).

²⁰ Interessante a análise feita por Derrida (1973, p.150): *lição num duplo sentido e o título é belo por mantê-lo reunido. Lição de escritura, pois é de escritura ensinada que se trata.*

Essa foi a herança reconhecida de Saussure, manifestada na aparente filiação às idéias vigentes, mas que não abafou a rebeldia do pesquisador independente. Submissão e rebeldia apartaram o espírito saussuriano, cindindo os caminhos de pesquisa, característica que o acompanhou para sempre, transformando-o em uma figura enigmática, sujeita a muitas denominações: o Saussure do dia e o Saussure da noite, fazendo referência ao CLG e aos Anagramas (GADET; PÊCHEUX, 1984). De resto, a observação de Lopes (1997, p.15) a esse respeito sintetiza a grandeza de Saussure:

Como todos os fundadores acima da bitola normal, Saussure tem um rosto de Jano, com uma face voltada para o passado e outra para o futuro. É, pelo menos, com esse semblante que ele redige a sua *Mémoire*, que, sendo o maior livro jamais produzido pela escola dos neogramáticos, é, ao mesmo tempo, a obra que joga a última pá de cal na sepultura deles. É assim que ele perfila a tradição da sua ciência: retomando-a não para fazê-la estacar no que já estava feito, mas, ao contrário, para, através do procedimento de *soma e transporta* de todos os balanços, refazê-la, engrossando-a no seu *cursus*, a fim de que ela pudesse continuar, rejuvenescida.

Pois bem, do que foi dito é importante retomar que a escrita é colocada como ameaça à legitimidade científica da lingüística por um motivo central: *a exterioridade representada pelo seu caráter material*. Desse fato decorre a utilização da escrita como suplemento, como recurso artificial a que se lança mão quando não se pode usar o meio natural que é a voz. Essa dissimulação pretende tornar presente a fala quando ela está ausente. Uma presença-ausência.

E a lingüística, ao excluir essa presença-ausência para além do discernível da língua, constitui-se expulsando a escrita para as *trevas da linguagem*, no dizer de Derrida. Por tudo isso, é fácil concluir, apressadamente, por certo, não haver lugar para a escrita na lingüística inaugurada por Saussure. Felizmente, pensar assim é um engano.

Partindo, então, desse engano, o item seguinte se deterá em uma leitura do *Curso* preocupada em procurar “além das aparências” o lugar da escrita através das possíveis contradições do pensamento expresso na edição do CLG. Não é demais lembrar que se trata da escrita como representante de um saber positivo, possibilidade de toda a ciência.

1.2 UM HERDEIRO INFIEL OU DOIS SAUSSURE?

Gostaria de retomar uma citação de Gadet & Pêcheux (1984) evocada no final do item anterior e presente no título acima, pois ela permite pensar a obra saussuriana e

sua relação com a escrita sob um outro ponto de vista:

Ségun nosotros, el saussurismo no se divide de esa manera: lo que irrumpe así en la lingüística (y que se queda ahí parcialmente atrapado) tiene que ver precisamente con la relación entre lo diurno y lo nocturno, entre la ciencia y la poesía (incluso la locura). Lo cual no se concibe sino tomando las dos caras de la obra saussuriana bajo la perspectiva dominante del concepto de valor (p.56).

A possibilidade da existência desse outro Saussure, *o noturno*, franqueia o surgimento de incertezas e impasses. Afinal, é o próprio Saussure quem desabafa suas dúvidas em carta a L. Gautier, quanto às dificuldades com os cursos que ministraria:

Vejo-me diante de um dilema: ou expor o assunto em toda a sua complexidade e confessar todas as minhas dúvidas, o que não pode convir para um curso que deve ser matéria de exame, ou fazer algo simplificado, melhor adaptado a um auditório de estudantes que não são lingüistas. Mas a cada passo me vejo retido por escrúpulos. (SAUSSURE apud SALUM em *Prefácio à Edição Brasileira*, CLG, 1991, p.XVIII)

A confissão de dúvida deixa marcas no *Curso* e atraem para Saussure as mais variadas críticas. Entre elas a queixa da impossibilidade de encontrar o “verdadeiro Saussure” e descortinar seu pensamento original. Mas como será isso possível? Além da impossibilidade de encontrar essa autenticidade está a necessidade de continuar a procura, pois a resposta encontra-se no próprio texto quando submetido a uma exegese renovada, de tal modo que as aparentes falhas e contradições possam ser entendidas como um enigma a ser desvendado, como algo que interroga o leitor.

Referindo-se à fundação da lingüística por Saussure via CLG, Silveira (2003, p.34) propõe entender a edição como um enigma:

O enigma se diferencia da dificuldade porque essa é causada por uma falta que pode ser suprida. Falta informação ao leitor para ler esse texto ou falta clareza ao autor para que o leitor compreenda o texto. No caso do enigma pode haver dificuldade, mas ela se refere à posição do sujeito. Em geral, a resposta está no próprio texto e à vista.

A partir das marcas e das fissuras que o CLG expõe será possível perseguir a presença da escrita dentro da própria lingüística saussuriana, e redimensionar seu lugar na ciência lingüística. Para isso, recuperarei, então, alguns pontos importantes até o momento: a) na língua, há regularização, b) a exclusão da escrita relaciona-se com outra exclusão, a do sujeito, e, além disso, c) tal materialidade está ligada à exterioridade,

ameaçando a cientificidade da lingüística, filiando o CLG ao pensamento filosófico clássico.

Considerando esses três pontos será importante retomar a leitura do *Curso* para examinar a possibilidade de reabilitar a escrita pelo caminho do próprio CLG, apenas procurando nos desvios as pistas dos enigmas saussurianos, pois para além das aparências há sempre a presença do excluído forçando a passagem, legitimando o resto das próprias refutações como “traços duráveis das utopias refutadas” (BOUQUET, 2000, p.17). A própria delimitação do Um traz à revelia vestígios dessa separação, “uma fala sem princípio consonântico, isto é, segundo Rousseau, uma fala ao abrigo de toda escritura, não seria uma fala: ela se manteria no limite fictício do grito inarticulado e puramente natural” (DERRIDA, 1973, p.385). Não há, pois, como pensar a fala sem pensar a escrita, da mesma forma como não é possível pensar o Um sem o não-Um: as antinomias se opõem e na mesma medida se completam. O *Curso* também traz, ainda que de uma forma subterrânea, a possibilidade de retorno da escrita já no próprio pensamento saussuriano.

Da singular posição de Saussure é possível, então, como diz Dufour (2000, p.120) “compreender e interpretar as duas faces ora conhecidas do personagem: seus lados “Jeekyll” e “Hyde”.

2. A ESCRITA E O *CURSO*: PARA ALÉM DAS APARÊNCIAS

Retomando o item anterior quanto à presença da escrita como representação da fala, gostaria de citar a observação de Salum no prefácio do *Curso* (p.XXII):

[...] o famoso livro de Saussure, que ele não escreveu, poderá ter também o seu interesse pedagógico: será uma fotografia fiel de como é apreendido diversamente aquilo que é transmitido via oral.

Além dos problemas decorrentes de uma publicação póstuma soma-se o complicador da infidelidade “própria da escrita”. Estranhos desígnios do CLG: tornar-se prova material de tal descaminho. No entanto, não é possível esquecer que essa apreensão deve ser deslocada em direção àquele que ouve, extrapolando a capacidade de uma escrita como capaz de se dar “à revelia”, como movimento autônomo, subjugada pela “mão do acaso”.

Também por isso, o *Curso* precisa ser lido além da aparência judiciosa, e embora seja sabido que sua edição sempre suscitou discussões em torno das idéias apresentadas, em relação a sua autoria e, principalmente, quanto aos conceitos expressos, as palavras de Lopes (1997, p.46) recolocam a questão nos seguintes termos:

Certamente, um livro de ciência não vale pelo que ele fixa, mas pelo que ele põe em movimento; não pelo que ele colhe, mas pelo que semeia. Sabemos todos bem que o futuro é caprichoso e se compraz em entortar hoje o que ontem pareceu correto e em endireitar amanhã o que hoje nossa miopia entorta.

Esse foi o destino do *Curso*, semear uma epistemologia para o futuro ao mesmo tempo em que instaurava as bases de uma ciência. A importância do CLG encontra eco no pensamento saussuriano extensivo a outras pesquisas, tanto é assim que sob a etiqueta “lingüística geral” é possível distinguir três campos do saber (SAUSSURE, 2004): uma epistemologia, uma filosofia da linguagem e uma epistemologia programática²¹. É esse último campo do pensamento saussuriano que Bally e Sechehaye acabam por divulgar com a edição do *Curso*, fixando o nome de Saussure unicamente a uma epistemologia. Assim restritas, as reflexões saussurianas acabam por encerrar-se em certezas que precisam ser relativizadas dentro da totalidade de um pensamento.

Considerando o que foi dito, o primeiro movimento na tentativa de “reabilitar” a escrita através de uma releitura do CLG será em direção ao capítulo IV da segunda parte: *o valor lingüístico*. O capítulo organiza-se da seguinte forma: a primeira parte apresenta a teoria da língua enquanto sistema; a segunda traz o aspecto conceitual, ou seja, o significado; a terceira discute o aspecto material, isto é, significante e, a quarta, o signo em sua totalidade.

Nesse capítulo, o *Curso* aborda questões cruciais em relação à ordem própria da língua, tocando diretamente na constituição do signo, assunto já tratado nos capítulos I e II da primeira parte, conforme a seguinte constatação: “estas considerações fazem compreender melhor o que foi dito à p.81 sobre o arbitrário do signo” (CLG, p.132). Tal observação dos editores demonstra a preocupação com a totalidade da obra, procurando retomar conceitos que já figuraram em outra parte do texto e que pela complexidade ainda carecem de reflexão. Conceitos denominados por Gadet e Pêcheux (1984) como uma novidade de Saussure na teoria do valor. Para eles, propor a existência do valor

²¹ Lopes (1997) sugere a existência de quatro Saussures diferentes: um comparatista, um geralista, um estruturalista e um semiolinguísta. Segundo o autor, o CLG é fruto do geralista, que começa a desenhar-se três anos após a morte de Saussure, quando Bally e Sechehaye editam o *Curso*.

significa conceber a língua movimentada por um ausente, como a própria materialidade da língua, ou seja, a negatividade.

Portanto, esse é um capítulo central no CLG ainda que trate de questões de difícil compreensão²². Nas palavras de Normand (2000, p.68) “Les trois chapitres (II, III, IV de la 2^o partie) qui développent le terme valeur sont en effet d’une grande complexité sous la lisibilité apparente”²³.

É, pois, acreditando na possibilidade de que *uma grande complexidade sob uma legibilidade aparente* possa ser de valia para as questões referentes à escrita, proponho seguir passo a passo as noções desenvolvidas no item 3: *O valor lingüístico considerado em seu aspecto material*.

O item inicia pelo caráter diferencial da propriedade do signo em seu aspecto conceitual, assim resumido:

[...] uma palavra pode ser trocada por algo dessemelhante: uma idéia; além disso, pode ser comparada com algo da mesma natureza: uma outra palavra. Seu valor não estará então fixado, enquanto nos limitarmos a comprovar que pode ser “trocada” por este ou aquele conceito, isto é, que tem esta ou aquela significação; falta ainda compará-la com os valores semelhantes, com as palavras que se lhe podem opor. Seu conteúdo só é verdadeiramente determinado pelo concurso do que existe fora dela. Fazendo parte de um sistema, está revestida não só de uma significação como também, e sobretudo, de um valor, e isso é coisa muito diferente (CLG, p.134).

Quanto à parte material da língua, o funcionamento é idêntico ao que rege o conceito diferencial no seu aspecto conceitual. Assim:

Se a parte conceitual do valor é constituída unicamente por relações e diferenças com os outros termos da língua, pode-se dizer o mesmo de sua parte material. O que importa na palavra não é o som em si, mas as diferenças fônicas que permitem distinguir essa palavra de todas as outras, pois são elas que levam a significação (CLG, p. 137).

Portanto, um significante sem substância e que apenas adquire valor na relação que mantém no sistema lingüístico, nada tem de material. Desse modo, não é o som o responsável pela delimitação do significante, mas sim as diferenças fônicas que estão inscritas na língua. *Se o que importa na palavra não é o som em si, é possível acrescentar que “o que importa na palavra não é a letra em si”*. Tanto na fala como na

²² Silveira (2003) observa que em relação a esse capítulo, vários autores reconhecem a *dificuldade* em sua leitura. Cita De Mauro (1986), Normand (2000). Em nota de rodapé, cita Rodrigues (1975).

²³ Os três capítulos (II, III, IV da segunda parte) que tratam do termo valor são de grande complexidade sob a aparência de legibilidade (tradução de Luciana Cavalheiro).

escrita o que importa é a relação, visto que o valor na língua independe de uma exterioridade além da própria língua, e a significação decorre da relação de negatividade responsável por afastar qualquer positividade da língua.

O resultado dessa relação é denominado pelo *Curso* como *arbitrário e diferencial*, entendidas como qualidades *correlativas*. O exemplo do que pode ser percebido em relação aos signos “a e b incapazes de chegar, como tais, até as regiões da consciência – a qual não pode perceber perpetuamente mais que a diferença a/b” (p.137), demonstra que o valor é uma noção alcançada pela pura diferença: “esses signos atuam, pois, não por seu valor intrínseco, mas por sua posição relativa” (idem). Contudo, o que impede que tal característica seja estendida à escrita? Não é também a possibilidade da correlação entre a arbitrariedade, no sentido saussuriano, e a diferença que possibilitam a existência da significação?

Um único entrave poderia se apresentar: a escrita ser elemento secundário em relação ao som, este sim fazendo parte do sistema da língua. Mas a esse respeito o CLG esclarece:

Ademais, é impossível que o som, elemento material, pertença por si à língua. Ele não é, para ela, mais do que uma coisa secundária, matéria que põe em jogo. Todos os valores convencionais apresentam esse caráter de não se confundir com o elemento tangível que lhes serve de suporte (CLG, p.137).

Para esclarecer as noções acima expostas, o *Curso* apresenta uma comparação entre o significante e a moeda em um sistema econômico, concluindo que não é o metal de que é feita a moeda que fixa o seu valor, mas a rede de relações que se estabelece dentro do sistema. Essa mesma característica se aplica ao significante. Assim, de um lado, o valor convencional, imaterial e o próprio significante; de outro, os elementos tangíveis – o metal da moeda, por exemplo – material de suporte, o som. Portanto, o valor que é constituído unicamente a partir das relações do sistema é também o responsável por estabelecê-las: “esse princípio é tão essencial que se aplica a todos os elementos da língua, inclusive os fonemas” (p.138).

Se tal princípio *se aplica a todos os elementos da língua*, evidentemente a escrita deve estar aí incluída e, por conseguinte, também se organiza por uma rede de oposições imateriais. E mais: se “os fonemas são, antes de tudo, entidades opositivas,

relativas e negativas” (p.138), é possível dizer o mesmo dos grafemas²⁴. Prova disso é a liberdade de que podemos fazer uso no momento de escrever, pois, o grafema *a*, por exemplo, pode ser realizado por diversos alografes²⁵: *A, a, a*, etc. sem com isso alterar a identidade da letra em questão: como registra o CLG, “contanto que os sons continuem sendo distintos uns dos outros” (p.138). Significa que tanto o som quanto a letra fundam-se no caráter diferencial decorrente da relação dada no próprio sistema, sendo, por isso, igualadas nesse momento.

Então já é possível aceitar que a escrita também possui um sistema de relações que lhe é próprio. O *Curso* (p.138) demonstra essa aceitação:

Como se comprova existir idêntico estado de coisas nesse *outro sistema de signos que é a escrita*, nós o tomaremos como termo de comparação para esclarecer toda a questão [grifo nosso].

Pode-se concluir então que há um lugar para a escrita entre os outros sistemas de signos. Nesse momento será necessário recorrer ao capítulo III, item 3 da Introdução do CLG para trazer a questão suscitada acima. O item 3 tem por título “Lugar da língua nos fatos humanos”. A *Semiologia* e trata, como o título adianta, da ciência denominada de *Semiologia*.

Concebida como “uma ciência que estude a vida dos signos no seio da vida social” (CLG, p.24), a *Semiologia*²⁶ será uma teoria geral dos diversos e diferentes sistemas de signos que podem ser comparados entre si. Assim entende o *Curso* (p.24):

A língua é um sistema de signos que exprimem idéias, e é comparável, por isso, à escrita, ao alfabeto dos surdos-mudos, aos ritos simbólicos, às formas de polidez, aos sinais militares etc., etc. Ela é apenas o principal desses sistemas.

Na *Semiologia* a escrita teria um lugar ao lado de outros sistemas semiológicos, pois, “todo meio de expressão aceito numa sociedade repousa em princípio num hábito coletivo ou, o que vem a dar na mesma, na convenção”²⁷ (CLG, p.82). O importante é

²⁴ Entendo “grafema” como *a unidade mínima contrastiva no sistema de escrita de uma língua*. (Cf. CRYSTAL, 1988, p.128).

²⁵ Os *alografes* são variantes gráficos do grafema abstrato <A>, como no exemplo citado. O prefixo *alo-* designa qualquer variação perceptível da forma de uma unidade lingüística, sem afetar a identidade funcional desta unidade na língua. Não há, portanto, mudança de sentido (CRYSTAL, 1988, p.22).

²⁶ Segundo o CLG (p.24), *Semiologia* (do grego *sêmeion*, “signo”) *ensinará em que consistem os signos, que leis os regem*.

²⁷ Aqui a expressão *convenção* poderia dar idéia de motivação, mas segundo De Mauro (1976), o que se pode notar pelas fontes manuscritas indica que a intenção de Saussure seria a de tributar à *Semiologia* a tarefa de *classificar os diferentes sistemas segundo seus aspectos mais ou menos arbitrário*. O exemplo

que Saussure ressalta como principal objetivo da *Semiologia* tratar o conjunto de sistemas baseados na arbitrariedade do signo (p.82). A conclusão é clara: a escrita, por ser um sistema pertencente à *semiologia*, possui a característica que a une aos outros sistemas, isto é, a arbitrariedade.

A escrita, então, entendida como *um sistema de signo* será tomada pelo *Curso* a fim de esclarecer *toda a questão* (p.138) referente ao caráter a-substancial do significante. O primeiro item assim se apresenta: “os signos de escrita são arbitrários; nenhuma relação existe entre a letra t e o som que ela designa” (p.138). O que sugere a existência de uma relação entre som e grafia. Mas, segundo Arrivé (1999, p.8)²⁸ há uma alteração na última frase da citação acima em relação à edição-padrão:

Na verdade, Saussure, segundo as notas totalmente homogêneas dos seus ouvintes, não falou do “som que ela designa”, mas da “coisa a designar”. Vemos a diferença: não é o som que é assumido, a título de significado, pela letra, mas uma “coisa”. Reconhecemos facilmente nela o significante incorpóreo, efetivamente difícil de extrair da sua ganga fônica ou gráfica.

Essa diferença desvia o rumo da argumentação: “a partir desse momento, a escrita tem pleno acesso à dignidade de sistema de signos” (ARRIVÉ, idem), pois a relação estabelecida anteriormente entre o som e a letra que a escrita designa passa a fazer parte de um sistema de oposição entre os elementos, noção que inviabiliza entender a escrita como representação. Saussure mesmo afirma que

os valores da escrita só funcionam pela sua oposição recíproca dentro de um sistema definido, composto de um número determinado de letras. [...] Como o signo gráfico é arbitrário, sua forma importa pouco, ou melhor, só tem importância dentro dos limites impostos pelo sistema (p.139).

Se possui um sistema próprio, a escrita não pode ser apenas a imagem da fala. A possibilidade é a existência de um funcionamento semelhante ou até mesmo idêntico (Saussure assim o denomina - p.139) entre os dois sistemas distintos. Diferença que não se traduz em exclusão, como bem sintetiza o último exemplo do item 3:

4º o meio de produção do signo é totalmente indiferente, pois não importa ao sistema (isso se deduz também da primeira característica). Quer eu escreva as letras em branco ou preto, em baixo ou alto relevo, com uma pena ou com um cinzel, isso não tem importância para a significação.

apresentado pelo CLG sugere que os signos de cortesia são representativos dessa escala arbitrária em comparação com a língua *o mais completo e o mais difundido sistema de expressão [...]* (CLG, p.82).

²⁸ Arrivé refere a edição-padrão segundo Engler (1989).

Ratifica-se assim a existência de sistemas próprios, cuja forma não importa, pois não interfere na significação.

Retomando, então, o que essa releitura do CLG, mais precisamente do item referente à materialidade do significante, pôde trazer quanto à presença da escrita no *Curso*, é possível apontar três conclusões:

- 1º) o que importa na escrita não é a letra, mas a relação estabelecida entre os elementos;
- 2º) a escrita possui um sistema próprio de significação;
- 3º) tal sistema se dá por uma rede de oposições totalmente arbitrárias.

Tais conclusões reforçam a concepção quanto ao caráter imaterial do significante, trazendo a contrabando um outro problema: a linearidade do significante, entendida como uma sucessão temporal.

Abre-se, portanto, o leque de discussão em duas direções: em um primeiro momento, a escrita tomada como um sistema arbitrário, cuja relação se dá entre seus próprios elementos; e em um segundo momento, a arbitrariedade da escrita com relação à fala, em uma exterioridade própria da representação. Tal exterioridade sugere que façamos uma breve digressão para tratar do caráter arbitrário do significante.

Essa noção de escrita como representação, como símbolo, não poderia ser sustentada no decorrer do *Curso* pela própria tese da *arbitrariedade do signo*. A argumentação não é nova. A prioridade do oral em relação à escrita está relacionada com a precedência temporal do primeiro em relação ao último, isto significaria, portanto, entender a escrita como representação da fala. A esse respeito, a explicação de Rey-Debove (1996, p.76) é bastante convincente: “isso é impossível porque, nesse caso, o discurso escrito seria metalingüístico e seria necessário passar pela expressão oral para ter acesso ao conteúdo do escrito”. Para a autora, a prioridade do oral ou do escrito é apenas fortuita, pois depende unicamente da aprendizagem que nem sempre se dá na mesma ordem. A aquisição de uma língua estrangeira, por exemplo, passa, na maioria das vezes, primeiramente pelo escrito como pré-requisito para o oral.

A própria exemplificação de Saussure a esse respeito é um tanto vaga (Cf. item 1.2). O sistema gráfico é comparado a uma fotografia de um rosto em relação ao próprio rosto, isto é, o gráfico seria a imagem do fônico. E mais: seria uma representação icônica. Uma relação impossível para Rey-Debove (1996, p.77):

[...] ora, a passagem do oral ao escrito não é icônica. E se se trata de representação não-icônica, o isomorfismo entre os dois sistemas (relação biunívoca entre os grafemas da “palavra escrita” e os fonemas da “palavra falada”) é por demais aleatório para “representar” o oral, sobretudo para o francês.

Como explicar, então, que a escrita seja apresentada como imagem da fala? Se assim pensasse, Saussure estaria concordando com o caráter simbólico da escrita, com sua função de representação da fala, e mais que isso, não poderia sustentar a definição segundo a qual *língua e escrita são dois sistemas distintos de signos*.

Cabe aqui, uma alusão ao item 3. *Segundo princípio: caráter linear do significante*, situado na primeira parte do CLG, sob o título de *Natureza do signo lingüístico*.

A subordinação da escrita em relação à fala somente é possível se as colocarmos em uma situação de comparação ou tomarmos aquela como representação desta. A esse respeito, o CLG assim se posiciona:

O significante, sendo de natureza auditiva, desenvolve-se no tempo, unicamente, e tem as características que toma do tempo: a) *representa uma extensão*, e b) *essa extensão é mensurável numa só dimensão*: é uma linha (1991, p.84).

A linearidade se apresenta como uma característica de elementos colocados um após o outro, situados em um contínuo espacial. De todo modo, o caráter da linearidade é que permite a sucessão de fonemas na fala²⁹ e também a seqüência de letras na escrita: “esse caráter aparece imediatamente quando os representamos pela escrita e substituímos a sucessão do tempo pela linha espacial dos signos gráficos” (Idem).

Sustentar a materialidade do significante traz, no mínimo, duas implicações contraditórias. A primeira delas aparta duas noções inseparáveis: significante e significado. Arrivé (1999) desenvolve essa questão de forma minuciosa e aponta para uma substituição da nomenclatura utilizada por Saussure no CLG. O caráter linear do significante passa a ser tomado pelo caráter linear da língua para sustentar a definição de sintagma:

²⁹ No CLG (p.84), consta que *a sílaba e seu acento constituem apenas um ato fonatório*. Para Arrivé (1999) esse trecho demonstra uma análise situada na fala e não na língua. Por sua vez, Jakobson (1974) abordará esse problema do significante criticando a posição de Saussure. Também Milner (1987) fará eco às críticas. Segundo ele, ao pronunciarmos /b/, pronuncia-se ao mesmo tempo a labialidade, a sonoridade e a oclusão. Essa questão, portanto, não foi tratada por Saussure.

De um lado, no discurso, os termos estabelecem entre si, em virtude de seu encadeamento, relações baseadas no *caráter linear da língua*, que exclui a possibilidade de pronunciar dois elementos ao mesmo tempo. Estes se alinham um após outro na cadeia da fala. Tais combinações, que se apóiam na extensão, podem ser chamadas de sintagma (p. 142) [grifo nosso].

Arrivé (1999) justifica esse deslizamento terminológico pelo fato de a linearidade atravessar os limites dos signos. Assim, é o caráter material do significante que torna possível a sua linearidade, manifestada na atualização da língua. Mas é essa mesma materialidade que revela outra contradição, pois, contrariando a concepção da materialidade do significante, sua assimilação ao som, o *Curso* defende o caráter não-material do significante conforme vimos acima.

Ora, ter um caráter incorpóreo é próprio da não-materialidade do significante. O interessante aqui é notar que a linearidade do significante somente é possível por conta de sua materialidade e a conseqüente submissão ao tempo; portanto, é próprio submeter à linearidade um elemento incorpóreo?³⁰

Do que vimos acima é possível concluir que o significante, no CLG, é um conceito que apresenta duas definições: a) como materialidade marcada pela linearidade, e b) como imaterial definida pela noção de valor.

Somente em relação à materialidade sonora é possível entender a escrita como representação do som e, por conseguinte, vê-la como sua subordinada. Ao assumir um significante incorpóreo, a escrita perde o contato com o som e pode, a partir de então, ser também considerada um sistema de signos. Pode, principalmente, ser aceita em posição de igualdade em relação à língua, sendo submetida à noção de valor. O que temos agora é a escrita dotada de uma estrutura, ratificando o conceito saussuriano de que *a língua é forma e não substância*, ao que se pode acrescentar: a língua não é som, ela se manifesta também na substância sonora ou escrita. Portanto, a existência ou não de matéria fônica em um signo importa menos que o que existe nos signos ao seu redor, pois, “o valor de qualquer termo que seja está determinado por aquilo que o rodeia” [...] (CLG, p.135). Sem alterar o sentido ou o som de um termo, é possível alterar-lhe o valor apenas modificando a palavra seguinte.

Essa conclusão conduz de imediato a outra síntese: a possibilidade da existência de significação sem a presença do caráter fônico. A reflexão de Arrivé (1999, p.75) vai nessa direção:

³⁰ Arrivé (1999) recorre à pesquisa de Saussure sobre os anagramas para discutir o conceito de linearidade, que o autor considera como *o nó da reflexão saussuriana* (p.52).

Mas apagar o som não é abolir o significante; este último não pode estar ausente, pois então o signo lingüístico seria dissolvido. [...] a *oralidade* (se por oralidade se compreende metaforicamente a presença do signo lingüístico) *não é redutível ao interior de uma língua*. Ou então, se se tenta reduzi-la, se deve bem renunciar à língua.

Por fim, é possível dizer que a escrita já estava, sim, contida no próprio *Curso*, por caminhos tortuosos, é certo, mas sempre houve um caminho e um lugar para a escrita em uma reflexão marcada por exclusões e dicotomias. Enclausurado em certezas, o CLG expõe o pensamento de um Saussure refém dessas convicções. Nas palavras de Gadet & Pêcheux (1984, p.56): *bajo estas dos formas aparentemente opuestas, esa visión maniqueísta conduce a enfrentar a uno de los dos Saussure contra el outro*.

Por sorte, diferentes fontes trazem à tona um outro Saussure, menos categórico, na medida em que confessa suas dúvidas, ao mesmo tempo em que revela uma busca obstinada em duas frentes completamente diferentes: a legitimação de uma ciência da linguagem e a pesquisa anagramática – partes importantes da obra saussuriana. Portanto, há ainda caminhos a percorrer na obra do mestre Saussure.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cabe ainda saber, a exemplo do que sugere o título acima, o que retorna à escrita do gesto inaugural de Saussure, e o que se pode dizer da escrita a partir de tais conclusões.

Do que foi possível concluir a respeito dos itens que nortearam essa reflexão, a exclusão da escrita respondeu a uma necessidade de cientificidade requerida pela lingüística estrutural. Na língua há o discernível, e nesse regular, não há lugar para a escrita. Afirmação que legitima a exclusão da escrita encontra no CLG seu mais importante propagador, na medida em que atribui à escrita um estatuto de exterioridade notadamente decorrente da materialidade.

A depreciação da escrita pode ser atribuída como uma decorrência da tradição filosófica em que Saussure estava inserido, cujos modelos priorizavam a oralidade como verdadeira e a escrita como falsidade. Entretanto, ultrapassadas as barreiras responsáveis por apartar a escrita da reflexão lingüística, através de uma releitura do CLG, é possível concluir que o que importa na escrita não é a letra, mas a relação

estabelecida entre os elementos, pois, a escrita possui um sistema próprio de significação, que se dá por uma rede de oposições, totalmente arbitrárias. Abre-se, portanto, o leque de discussão em duas direções: em um primeiro momento, a escrita tomada como um sistema arbitrário, cuja relação se dá entre seus próprios elementos; e a arbitrariedade da escrita com relação à fala, em uma exterioridade própria da representação.

Essas duas maneiras de entender a escrita relevam das concepções de significante apresentadas no CLG: material/imaterial. Por um lado, a imaterialidade do significante permite à escrita estabelecer-se como um sistema de valor cuja relação se dá entre os próprios elementos submetidos a uma rede de oposições, totalmente arbitrárias; por outro lado, tomado como materialidade, o significante submetido à linearidade permite o entendimento de uma escrita dotada de caráter representacional. É apenas em relação ao caráter material que a escrita é posta em relação com a fala. Esta, por sua vez, é passível de duas interpretações.

Pode-se, portanto, entender a fala como um ato fonatório, e sonoro, tendo como consequência a exclusão da escrita; e/ou como uso da língua, permitindo a inclusão da mesma.

A bem da verdade, a escrita como representação permaneceu em condição assessória, a tinta que substitui o ar, emprestando para a lingüística uma noção cara ao seu caráter de cientificidade, quer dizer, a presença utilitária da escrita da ciência. Soma-se a esse fator sua filiação ao saber positivo. Mas mesmo assim, a escrita não deixou de ser a materialidade e de marcar uma exterioridade mal vista por remeter à substância da fala e do sujeito. Eis aqui a presença de outro excluído. E é pela mão desse sujeito que também a escrita será alijada.

Por fim, o mesmo fluxo que carrega para longe retorna trazendo à tona o que tentou abafar. A impossibilidade reside em elidir o que existiu, pela necessidade de retornar incansavelmente para o lugar de onde foi banido. O eterno retorno.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

1. ARRIVÉ, Michel. *Linguagem e psicanálise, lingüística e inconsciente: Freud, Saussure, Pichon, Lacan*. RJ, Jorge Zahar, 1999.
2. AUROUX, Sylvain. *A filosofia da linguagem*. São Paulo, Unicamp, 1998.
3. BENVENISTE, Émile. Da subjetividade na linguagem. In: BENVENISTE, Émile. *Problemas de Lingüística Geral I*. São Paulo, Pontes, 1991.
4. BERLIN, Isaiah. *A força das idéias*. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.
4. BOUQUET, Simon. *Introdução à Leitura de Saussure*. São Paulo, Cultrix, 2000.
5. CAMARA JUNIOR, Mattoso. *Dicionário de Lingüística e Gramática*. Petrópolis: Vozes, 1986.
6. CHAUI, Marilena (consultoria). Rousseau, vida e obra. In: *Rousseau, Jean-Jacques (Os pensadores)*. São Paulo, Abril Cultural, 1997.
7. CRYSTAL, David. *Dicionário de lingüística e fonética*. Rio de Janeiro, Zahar, 1988.
8. DERRIDA, Jacques. *Gramatologia*. São Paulo, Perspectiva, 1973.
9. _____. *A escritura e a diferença*. São Paulo, Perspectiva, 2002.
10. DERRIDA, Jacques; ROUDINESCO, Elisabeth. *De que amanhã...* Rio de Janeiro, Zahar, 2004.
11. DUFOUR, Dany-Robert. *Os mistérios da trindade*. Rio de Janeiro, Companhia de Freud, 2000.
12. GADET, Françoise; PÊCHEUX, Michel. *La lengua de nunca acabar*. México, Fondo de Cultura Económica, 1984.
13. GNERRE, Maurizio. *Linguagem, escrita e poder*. São Paulo, Martins Fontes, 1987.
14. JAKOBSON, Roman. Dois aspectos da linguagem e dois tipos de afasia. In: *Lingüística e Comunicação*. São Paulo: Cultrix, 1974.
15. LÉVI-STRAUSS, Claude. *Tristes Trópicos*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.
16. LOPES, Edward. *A Identidade e a Diferença*. São Paulo, Edusp, 1997.
17. MAURO, Tullio de. *Cours de Lingüistique Générale – Ferdinand de Saussure*. Paris, Payot, 1976.
18. MILNER, Jean-Claude. *O amor da língua*. Porto Alegre : Artes Médicas, 1987.
19. NORMAND, Claudine. *Saussure*. Paris, Les Belles Lettres, 2000.

20. PAVEL, Thomas. *A Miragem Lingüística: ensaio sobre a modernização intelectual*. São Paulo: Pontes, 1990.
21. PLATÃO. *Fedro ou da beleza*. Lisboa, Guimarães editores, 1994.
22. REY-DEBOVE, Josette. À procura da distinção oral/escrito. In: CATACH, Nina (Org.) *Para uma teoria da língua escrita*. São Paulo, Ática, 1996.
23. ROUSSEAU, Jean-Jacques. *Ensaio sobre a origem das línguas*. Apresentação de Bento Prado Jr. São Paulo, Unicamp, 2003.
24. RUSSELL, Bertrand. *História da Filosofia Ocidental*. Livro quarto, São Paulo, Ed. Nacional, 1968.
25. SAUSSURE, Ferdinand de. *Curso de lingüística geral*. São Paulo, Cultrix, 1991.
26. _____ *Escritos de Lingüística Geral*. Organizados e editados por Simon Bouquet e Rudolf Engler com a colaboração de Antoinette Weil. São Paulo, Cultrix, 2004.
27. SILVEIRA, Eliane. *As marcas do movimento de Saussure na fundação da lingüística*. Tese de doutorado, São Paulo, Unicamp, 2003.
28. STAROBINSKI, Jean. *As palavras sob as palavras: os anagramas de Ferdinand de Saussure*. São Paulo: Perspectiva, 1974.

RESUMO: Este artigo pretende discutir a exclusão da escrita da reflexão lingüística. Significa abordar a escrita além de seu caráter representacional, procurando compreender as razões de sua exclusão. Para isso, será averiguada a relação dessa exclusão com a fundação da lingüística realizada por Ferdinand de Saussure (1857-1913). O *Curso de lingüística Geral* (1916) será o cerne dessa investigação por ser a obra em torno da qual a ciência lingüística se estruturou, ao mesmo tempo em que deixa à mostra a possibilidade de reabilitação da escrita. A probabilidade de que a escrita possa ter permanecido de forma latente nas bases da lingüística, sugere averiguar como e onde ela permaneceu.

PALAVRAS-CHAVE: Saussure; lingüística; escrita.

ABSTRACT: The aim of this article is to discuss the exclusion of written language from linguistics reflections. It means to consider written language beyond its representational character, trying to understand the reasons for such exclusion. In order to do that, the relation between this exclusion and the foundation of linguistics by Ferdinand de Saussure (1857-1913) will be checked. The book *Cours de Linguistique Générale* (1916) will be the centre of this investigation since it is the milestone in linguistics science as well as it indicates the possibility of written language rehabilitation. The probability that written language might have remained in a latent form in the bases of linguistics suggests that one should verify how and where it remained.

KEYWORDS: Saussure; linguistics; written language.